



A ESCOLARIZAÇÃO DE HANSENIANOS NO ESTADO DO PARÁ DO SÉCULO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Ghislaine Dias da Costa
ghiscosta@hotmail.com
Genilton Odilon Rego da Rocha
(UFPA)

Resumo

O texto é um ensaio que mostra os caminhos investigativos de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Curso de Doutorado em Educação e que busca articular Educação, História e Filosofia. Situo as intencionalidades e movimentos da pesquisa que tem como objeto investigativo “A escolarização de Hansenianos no Estado do Pará no século XX” e que problematiza os modos como estes, mesmo em um contexto de um isolamento compulsório e de subjetivação vivido na então Colônia de Hansenianos de Marituba-Pa, estes foram capazes de vivenciar de forma singular suas experiências de escolarização por meio de uma eventual estetização da educação. Rememora os tempos do isolamento compulsório no tratamento à Hanseníase e situa a Escolarização de Hansenianos na história. Acredita que existe um movimento coletivo de silenciamento frente às discussões sobre as Instituições encarregadas da educação daqueles sujeitos, bem como das técnicas de controle, exclusão, dominação a que foram submetidos os hansenianos em seu processo de escolarização, especialmente no caso do Estado do Pará onde na História da Educação, há uma carência de estudos sobre esta temática. Pensa o Hanseniano, além de um corpo, ou de uma parte do corpo, danificada, ineficiente, deteriorada, mutilada ou dentro dos discursos da saúde. Evidencia a produtividade do Estético para a Educação, a partir dos contributos teórico-metodológicos de Michael Foucault e de outros autores comentadores de sua obra. Faz uso de documentos e fontes históricas como documentos (Relatórios, Mensagens de Governadores, portarias, notícias de jornais e textos resultantes das narrativas das memórias de escolarização de ex-alunos e ex-professores tomados aqui como fontes históricas, existentes na Biblioteca e Museu da Santa Casa de Misericórdia do Pará, na Biblioteca do Arquivo Público do Estado, Biblioteca Pública Artur Vianna, na Biblioteca da Secretaria de Estado de Saúde do Pará – SESPA, na Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, etc. Considera que a Estética tem um papel importante na Educação ao criar passagens, fendas para novas configurações de sentidos, novos modos de existência; como espaço para o reconhecimento da multiplicidade do existir, da diferença na constituição de subjetividades resistentes, transgressoras, criadoras. Compreende que retomar a Escolarização de Hansenianos como temática na conjuntura atual pode se constituir num modo de produzir novos saberes e outras práticas educativas ética e politicamente comprometidas com as diferenças e contribuir para resgatar certas imagens por vezes esquecidas, história de vozes negadas, silenciadas em contextos de escolarização.

Palavras-chave: Hanseniano. Isolamento Compulsório. História. Educação. Estética.

O presente texto é um ensaio sobre o percurso da Pesquisa que vem sendo desenvolvida no curso de Doutorado em Educação, e que tem como objeto investigativo “A escolarização de Hansenianos no Estado do Pará do Século XX”. Neste sentido, que ela se coloca o desafio de poder contribuir para o alargamento dos horizontes das problematizações sobre a temática de Hansenianos no contexto educacional.

Entendo que esta é uma tarefa que se coloca como importante, sobretudo, no campo das pesquisas em educação especialmente se considerarmos os poucos trabalhos que tomam este





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

objeto para investigação nas Universidades brasileiras. No caso das políticas destinadas a indivíduos Hansenianos no século XX, há uma lacuna ainda a ser preenchida no campo das pesquisas em educação sobre os modos como a escola contribuiu para a produção de suas subjetividades em contextos de confinamento e isolamento institucional.

De modo particular, a investigação que vem sendo desenvolvida, estabelece um diálogo com as proposições filosóficas de Michael Foucault e de outros autores comentadores de sua obra, o que tem ajudado a compreender melhor sua obra, sua vida e, especificamente, alguns de seus conceitos que tem servido de idéias-força para a construção da pesquisa.

No que se refere, ao campus empírico, a pesquisa busca realizar uma *construção analítica das práticas discursivas e não discursivas* – oriunda dos documentos e das memórias narradas por ex-Hansenianos sobre suas experiências escolarização. Pretende-se analisar os aparatos discursivos produzidos pela escolarização de Hansenianos no Estado do Pará no período de 1945 a 1980¹ nos limites da “Escola Renausto Amanajás” que funcionou nesse período dentro da então “Lazarópolis de Marituba” (Colônia de Hansenianos de Marituba).

Esse aparato produtivo tem envolvido a busca e análise de textos, e feito uso de documentos e fontes históricas como Relatórios, Mensagens de Governadores, portarias, notícias de jornais e textos resultantes das narrativas das memórias de escolarização de ex-alunos e ex-professores tomados aqui como fontes históricas, existentes na Biblioteca e Museu da Santa Casa de Misericórdia do Pará, na Biblioteca do Arquivo Público do Estado, Biblioteca Pública Artur Vianna, na Biblioteca da Secretaria de Estado de Saúde do Pará – SESPA, na Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, etc.

Entretanto, por se tratar de uma pesquisa em andamento, nos limites deste texto apresentamos o movimento inicial das primeiras aproximações com a temática investigada.

1.1 Ensaando as primeiras Palavras...

Estamos no início do século XXI, atravessando grandes transformações socioculturais produzidas pelo impacto do desenvolvimento tecnológico e da informática no cotidiano. Novas

¹ Anos, respectivamente, de início das atividades escolares e de extinção da colônia no Estado do Pará.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

formas de relacionamento, de produção, de consumo, de produção de subjetividade se manifestam. As técnicas de vigilância, de punição, de controle social, de produção de sujeitos também estão se sofisticando a partir do suporte da tecnologia de ponta.

Mesmo nesse contexto de mudanças, as antigas Instituições Totais² não desapareceram da sociedade contemporânea. Pelo contrário, há uma florescente indústria funcionando ativamente em torno de sistemas prisionais, colégios agrícolas com internatos, asilos para idosos, orfanatos para crianças, instituições que acolhem crianças em situação de risco, Escolas Especiais para pessoas com deficiência, etc., que atuam de certo modo, na produção de subjetividades isoladas, (des) classificadas, estigmatizadas.

A história que circulou e ainda circula sobre Hansenianos³ é marcada por um contexto de isolamento social, segregação, estigma e, em muitos momentos, descaso com as políticas de Dermatologia Sanitária. Nos dias atuais, em especial no contexto brasileiro, onde presenciamos ainda um considerável índice epidemiológico da hanseníase vemos que esta realidade mantém traços de seu processo histórico. As seqüelas físicas não são as únicas dificuldades enfrentadas por ex-hansenianos e pelos atuais que se encontram em tratamento. Estes continuam à margem da sociedade, muitos esquecidos pelos familiares em abrigos e, ainda, incompreendidos por um contexto social que segrega o diferente.

No caso específico das pesquisas sobre hansenianos, de fato existem pouquíssimos discursos e práticas que incluem a questão no contexto educacional, filosófico e Estético mais amplo, como também é mínimo o número de trabalhos que se propõem – e conseguem – problematizar a alteridade, o “Outro” Hanseniano, além de um corpo, ou de uma parte do corpo, danificada, ineficiente, deteriorada, mutilada ou dentro dos discursos da saúde. Em geral, os discursos se propõem a enquadrar os mesmos numa categoria única, como sujeitos vitimizados,

² Para Goffman (2005), as Instituições Totais se caracterizam por serem estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive em tempo integral. A instituição funciona como local de residência, trabalho, lazer e espaço de alguma atividade específica, que pode ser terapêutica, correcional, educativa etc. Normalmente há uma equipe dirigente que exerce o gerenciamento administrativo da vida na instituição.

³ No Brasil desde a substituição oficial em 1995, dos Termos, Leproso, Lepra, lázaros, por Hansenianos, Hanseníase. Portanto, nesta tese os antigos termos somente serão utilizados nas referências a documentos relacionados àquela época.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

excluídos sem problematizá-los como possuidores de forças, resistências e de uma vontade de existir afirmativa da vida.

Este modo de ver e tratar o Hanseniano enquadra-os num contexto de isolamento, piedade, dor e sofrimento como se eles estivessem determinados e dominados por certa soberania da estigmatização. Contudo, acreditamos que é possível considerar o Hanseniano para além apenas do ponto de vista da vitimização, como seres do sofrimento. Ele próprio criou estratégias para fugir das narrativas das práticas sociais e culturais historicamente datadas que impunham a hanseníase como tragédia – esta em seu aspecto negativo –, como um único modo de lidar, cuidar e conviver com a Hanseníase.

Assim, algumas das poucas pesquisas sobre hansenianos, especialmente as veiculadas no campo da Educação, têm sido construídas a partir de práticas investigativas que, em geral, se ocupam em descrever, avaliar e identificar opiniões sobre a estrutura arquitetônica a qual ficaram confinados, seus processos de segregação e estigmatização ou de profilaxias relativas ao controle da saúde pública.

Com isso não se deseja inferir que tais abordagens não sejam importantes, e academicamente relevantes. Contudo, há de se considerar a frequência com que muitos estudos têm associado os Hansenianos apenas às experiências do discurso médico, terapêutico, ou no contexto de Instituições Totais, perdendo de vista seu caráter multifacetado, de entrelaçamento com as discussões no campo educacional especialmente no que se refere à temática da diferença. Para, além disso, numa perspectiva foucaultiana, é preciso estar atentos às condições de aparecimento de tal discurso, aos “mecanismos retóricos” que associados a relações de poder acabam dando a ele “efeitos de verdade”.

Neste sentido, é sempre tempo de percebermos que as questões sobre o Hanseniano requerem não apenas encaminhamentos de natureza médica, terapêutica, mas, sobretudo, investimentos teóricos que o tomem a partir de uma aproximação com o campo da educação em sua articulação, por exemplo, com a História [da Educação] e com a própria Filosofia.

Especialmente no cenário Educacional Paraense, as referências que tratam da História da Educação no Estado nos falam de uma história já dada, instituída que assumiu efeitos de verdade





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

e que silenciou e deixou de considerar que a escolarização de Hansenianos ocorrida em contextos extremamente segregadores no século XX tenha feito parte de sua História.

No caso das políticas destinadas a indivíduos Hansenianos no século XX, comumente se narra que a escola contribuiu de modo decisivo para a produção de subjetividades deterioradas e de exclusão social por meio de práticas de confinamento institucional ao desenvolver-se no ideário de uma cultura de reclusão e de uma escola-prisão.

Em muitos casos os tratamentos dados aos Hansenianos ainda se inserem numa tendência de vê-los e tratá-los - mesmo que agora fora de práticas de isolamento compulsório - como dados estatísticos. Com isso, não queremos afirmar que estes dados não sejam importantes, entretanto, sem uma preocupação e aproximação como uma perspectiva que envolva considerá-los como subjetividades de sentimentos, desejos, medos, saberes, tais “tratamentos” podem fracassar.

O isolamento compulsório de outros tempos pode se travestir, agora, em outros modos mais sutis de disciplina e controle incorporando novidades informáticas como as estatísticas que podem fazer com que estes indivíduos ainda possam ser vistos apenas como um número de registro, sem “nomes”, desejos, corpos, o que os colocaria novamente em situações de estigma e preconceito.

Há de se considerar que os dados também podem ser compreendidos, a partir da analítica foucaultiana, como uma preocupação com a processualidade constitutiva dos modos de vida, os modos de intervenção concreta sobre os corpos a partir de relações de poder. Nesta perspectiva, vigilância, inspeção, medicina, Estatística: seriam, também, sobre a vida se exercem controles. “Veremos, mais tarde, que tais mecanismos de poder, por um lado ao menos, são aqueles que tomaram em mãos, a partir do século XVIII, a vida do homem, na qualidade de corpo vivo” (FOUCAULT, 2001, p. 86). Uma tomada do homem biológico pelo poder.

1.2 O Perigo Social do “Outro” Hanseniano

Conhecida há séculos como uma moléstia que caminha lentamente, com alterações morfológicas e fisiológicas, até hoje a hanseníase desafia conceitos e convicções sobre tratamento e propagação. A doença passou a fazer parte da dramaturgia do sofrimento humano desde a





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Antigüidade, mas sua identidade etiológica remonta apenas ao final do século XIX, quando o médico norueguês Gerhard Henrik Armauer Hansen, ao analisar material de lesões cutâneas, descobriu a *Mycobacterium leprae*, bacilo causador da doença e que pertence ao mesmo gênero do bacilo que ocasiona a tuberculose. A falta de conhecimentos clínico-imunológicos ensejou, antes da descoberta, hipóteses que apontavam o caráter hereditário da hanseníase.

Para Santos et al (2008, p. 04) apesar da descoberta de Hansen remontar a 1873, a lepra não constou, por muito tempo, das relações de doenças de notificação compulsória no Brasil.

Na jovem República, as disposições normativas revelavam a hanseníase como um "problema de saúde pública", mas havia certa ambigüidade nas classificações e prescrições legais. A enfermidade não constou como doença de notificação compulsória desde cedo, em vista das dificuldades do diagnóstico clínico precoce, isto é, da verificação da doença em sua fase inicial. Como se sabe, a enfermidade apresenta características fisiopatológicas cujas expressões clínicas enredavam os médicos daquele tempo, a saber: a) uma parte dos indivíduos tem resistência imunológica ao agente etiológico e outros não, daí derivando modalidades de apresentação clínica e repercussões médico-sanitárias distintas; b) por essas razões, durante séculos "leproso" era não só o indivíduo hoje considerado "hanseniano", mas todos os casos clínicos em que se revelassem manifestações cutâneas ao longo da evolução de uma enfermidade.

A institucionalização de sujeitos com hanseníase no início do século XX estava organizado em um sistema adotado que se baseava em três elementos: notificação obrigatória; exame periódico dos comunicantes; e isolamento em colônias agrícolas, asilos, hospitais ou no próprio domicílio do doente. Assim, havia ainda, em muitos Estados do Brasil uma política institucional voltada para escolarização dos Hansenianos o que ocorria dentro das práticas de controle, isolamento e segregação. O isolamento no domicílio era aceito pela autoridade sanitária, desde que não oferecesse grandes riscos de contágio. O doente e seus familiares eram, no entanto, mantidos sob rigorosa vigilância e submetiam-se a exames periódicos.

A notificação compulsória da hanseníase foi reafirmada, em 1923, pelo Decreto n. 16.300, de 31 de dezembro, artigo 445, inciso X, do Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. Essa legislação tornava obrigatória a notificação de outras doenças, além do mal de Hansen, tais como febre amarela, peste, cólera, tifo, varíola, alastrim, tuberculose, tracoma, leishmaniose e impaludismo. O artigo 446 do Regulamento especificava:

Incumbe fazer a notificação: a) ao médico assistente ou conferente, e, em sua falta, ao chefe da família ou parente mais próximo que residir com o doente ou suspeito, ao enfermeiro ou pessoa que o acompanhe; b) nas casas de habitação coletiva, aos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que as dirigirem ou por elas responderem, ainda que a notificação já tenha sido feita pelo médico, ou outra pessoa; c) ao que tiver a seu cargo a direção de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, colégio, escola, asilo, casa de saúde ou hospital, creche, maternidade, dispensário, policlínica ou estabelecimentos congêneres onde estiver o doente ou suspeito. Nos casos de lepra a notificação incumbe também ao próprio doente. (SANTOS et all., 2008, p. 05)

O isolamento compulsório dividia a opinião médica. Para muitos, era ineficaz como método de prevenção e tratamento. Para Santos et all (op.cit., p. 07), no Brasil, desde os tempos da monarquia, eram abundantes os relatórios e documentos que ilustravam a situação deplorável a qual estavam submetidos os doentes nos hospitais, leprosários e dispensários, em vários estados brasileiros.

As práticas de Isolamento compulsório de Hansenianos no século XX preocuparam-se em criar uma rotina e disposição disciplinar dos corpos no Interior das Instituições em torno do melhor ajuste do corpo do interno à utilização do tempo através de uma rotina altamente rígida que deveria ser rigorosamente seguida. O trecho abaixo, serve aqui para ressaltar a preocupação com o controle do corpo e do tempo dentro da rotina e das funções instituída e atribuídas aos hansenianos na então “Colônia do Prata”, no Estado do Pará:

[...] As mulheres ahi trabalharão na officina de costuras e rouparia; as meninas terão aulas correspondentes ao ensino primário e de trabalhos manuaes e prendas; os rapazes depois de aulas de leitura, etc, trabalharão em jardinagem e pequena agricultura. Ahi todos terão suas obrigações a cumprir pois o ócio será desaconselhado. O trabalho será perfeitamente regulado de modo que o doente. (ARAÚJO, 1924, p. 57).

O máximo de rapidez deve encontrar o máximo de eficiência. À medida que o corpo vai se tornando alvo de novos mecanismos de poder, oferece-se também a novas formas de saber: logo o comportamento e as exigências orgânicas vão lenta e gradualmente ser aprendidas pelos hansenianos internos que, aos poucos, passam a incorporar esse aprendizado em suas rotinas diárias imprimindo com isso a substituição e diminuição do rígido controle e castigo físico sobre seus movimentos.

O acampamento militar é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. Durante muito tempo encontraremos no urbanismo, na construção das cidades operárias, dos hospitais, dos asilos, das prisões, das casas de educação, esse modelo do acampamento ou

2839





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

pelo menos o princípio que o sustenta: o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas (FOUCAULT, 1999, p.144). E, mesmo quando estes os espaços físicos destas instituições já não comportam mais tal arquitetura, a organização e normas internas se encarregam de fazê-lo.

No caso dos “hospitais-colônias” – verdadeiros “acampamentos para leprosos” –, observa-se que o controle disciplinar dos corpos era feito por diferentes mecanismos que envolviam desde a auto vigilância até o estabelecimento da prisão, da delegacia e da polícia dentro daqueles espaços onde os próprios Hansenianos eram levados a assumirem tais funções.

No Estado do Pará praticas de Isolamento de hansenianos no século XX no interior das colônias⁴ envolvia o cumprimento rígido de normas disciplinares que sob a denominação de “normas de liberdade” encarregas de estabelecer o controle dos corpos e assim a ordem daqueles espaços. “O regime de vida dos doentes na ‘Lazaropolis do Prata’, obedecerá às normas de liberdade, dentro dos limites da ordem e visando o progresso do estabelecimento” (REGIMENTO INTERNO DA COLONIA DO PRATA, apud ARAÚJO, 1924, p.62).

Tais “normas de liberdade” se fundamentavam e difundiam o saber-poder médico da época, que está na base de defesa do isolamento compulsório. Este saber-poder servira, portanto, para referendar, orientar e justificar a produção e veiculação de Leis e Regulamentos que davam sustentação para tal prática. Vejamos o que dizia o Título IV, das medidas disciplinares do Regimento Interno da Colônia do Prata para Hansenianos no Pará, datado de 31\03 de 1924, (apud ARAÚJO, 1924, p.186):

Art. 56º – Os doentes isolados ficam sujeitos as seguintes medidas disciplinares impostas pelo médico director, de accôrdo com as faltas commettidas:

- a) privação do uso do fumo ou da freqüência das salas de diversões no máximo durante um mez;
- b) privação de ver os amigos e de receber visitas, no máximo durante 3 mezes;
- c) diminuição da ração, no máximo durante 10 dias;
- d) multa de 10\$000 a 50\$000;
- e) prisão a pão e água, no máximo durante 3 dias;
- f) no caso de desacato ás autoridades, prisão por 8 dias e nos de fuga, prisão durante um período não excedente a 30 dias e supressão de todas as regalias.

⁴ Refiro-me aqui ao Regimento interno contendo as normas de funcionamento da Colônia do Prata, no Pará que serviu de modelo para demais colônias do Estado na época do isolamento compulsório de hansenianos.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Art. 57 º – O leproso que commetter crime de homicídio será processado judicialmente e permanecerá na prisão até final do julgamento.

Art. 58 º – Haverá um corpo de segurança pública composto de leprosos de alta idoneidade moral, dirigido pelo administrador geral.

Então há certa produtividade do poder disciplinar nas modernas sociedades industrializadas para a conformação da ordem social que, a partir da mecânica das sanções exercidas pelas disciplinas, é capaz de criar o que o próprio Foucault denominou de Sociedade de normalização. Neste sentido, podemos considerar que as colônias para Hansenianos - a partir da institucionalização de políticas públicas de assistência à saúde - funcionaram, também, como prática em torno da normalização que envolvia o controle minucioso dos corpos “doentes” em nome da Saúde Pública.

Assim, no bojo das políticas destinadas à assistência dos hansenianos no Pará do século XX, um conjunto articulado de saber-poder médico e político cuidará para que os “lazarentos” sejam submetidos a práticas institucionalizadas capazes não apenas de isolá-los em proveito dos sãos, mas de produzir determinados tipos de subjetividades marcadas, estigmatizadas, “desclassificadas” por influencia, sobretudo, do saber médico veiculado à época capaz de influenciar os modos de conceber e tratar os chamados desvalidos.

No que concerne especificamente ao combate à hanseníase, foi se construindo no Pará uma verdadeira rede de vigilância e controle com a implementação de órgãos e ações destinados a desempenhar tal controle. Segundo Mensagem de 16\07\1937 (p. 94) enviada pelo Governador Jose Carneiro de Gama Malcher à Assembléia Legislativa do Estado do Pará eram serviços mantidos pelo Estado e que atuavam no enfrentamento e combate da Hanseníase

[...] órgãos de inspetoria de moléstias transmissíveis, de hygiene hospitalar, de hygiene urbana, de hygiene das habitações, de hygiene escolar, fiscalização de gêneros alimentícios, leite e derivados, carnes, peixes e a de fiscalização de medicina e pharmácia.

Neste contexto, foram criados: O “Hospital de Lázaros do Tucunduba”, de acordo com Ramos (2002), fundado em 07 de março de 1815 - o primeiro hospital para lázaros da Amazônia. Construído no bairro do Guamá, asilou no início de suas atividades não apenas hansenianos, mas, também, alienados mentais, doentes com varíola e febre amarela, mendigos e escravos; A





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

“Colônia Agrícola do Prata (1923) que, de acordo com Araújo⁵ (1924), foi um feito que significou a criação do primeiro “Leprosário Agrícola do Brasil” – a “A Lazarópolis do Prata”, situada em terras do município de Igarapé-Açu no local onde funcionou o a “colônia de Desvalidos e órfãos do Prata, e que foi construída para somar esforços no sentido de abrigar os “lázaros” que vinham especialmente do interior do Estado sempre em grande e crescente número; e a Colônia de Marituba (1942) cujas obras de implantação iniciaram desde 1937 e fora criada para acolher, inicialmente, os hansenianos da capital e os remanescentes da Colônia do Tucunduba, extinta em 1938 em decorrência do avanço populacional no Bairro do Guamá, local onde fora construído.

Para Foucault as Instituições (como manicômios e prisões e incluo aqui as colônias para Hansenianos) deixam de ser irrelevantes ou secundarias e ocupam um papel central na manutenção da ordem social porque, dentre outras coisas, sem elas seria impossível à produção de sujeitos normais, submissos, adaptados, dóceis e úteis aos interesses de quem dirige as modernas sociedades industriais.

Trata-se, portanto, de permitir que tudo o que aconteça nos espaços disciplinares seja objeto para uma informação (vigilância hierárquica), que se imprima em cada corpo enclausurado certo comportamento conforme a norma a priori de funcionamento das instituições (sanção normalizadora) e, por último, que se anexe ao exercício de poder a criação de saberes sobre aquilo que encontra-se encerrado nessas instituições de seqüestro e que esses saberes aumentem sua funcionalidade (exame).

Estas instituições passam, de acordo com Foucault a exercer um papel nuclear ao criarem a ficção necessária para o estabelecimento da ordem estabelecida, a saber, a ficção da liberdade e da racionalidade do sistema. Por um lado, nos sentimos livre porque não estamos na prisão, porque não fomos condenados á “privação de liberdade” e por outro, o manicômio também cria a ficção muito importante para fixação da ordem que é a ficção da racionalidade. O sistema aparece como racional porque a loucura está asilada, isolada e neutralizada. A prisão e o manicômio são dois espaços de poder fundamentais porque operam como laboratórios sociais: são espaços de

⁵ O Dr. Souza Araújo foi considerado pela Literatura médica como um dos primeiros a tratar “leprosos” em larga escala, tendo acumulado experiência a nível internacional.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

observação, experimentação e tratamento de sujeitos que se caracterizam precisamente por sua periculosidade social.

Uma analogia pode ser feita com relação as instituições de isolamento compulsório de hansenianos – espaços de vigilância, observação, experimentação e tratamento daqueles que se constituíam à época um perigo social para a saúde pública. É neste sentido, que tais instituições, segundo Foucault, exercem um papel fundamental na produção de sujeitos assujeitados.

Por meio dos discursos que afirmavam que o isolamento era medida de proteção e cuidado para com o doente, pretendia-se criar a ficção da liberdade, de que as colônias geridas por normas de liberdade seriam onde os hansenianos gozariam e teriam seus direitos garantidos. Ressalte-se que o seu direito à liberdade já havia sido negado pela prática e política de isolamento compulsório e pelo severo regime de sujeição ali instalados por meio das normas e práticas disciplinares. Em um texto de 1923, assim foi descrito alguns dos direitos e deveres dos hansenianos segregados na colônia do Prata em no Estado do Pará:

1º - Sujeitar-se à administração oficial, que será exclusivamente de caráter econômico-sanitário;

2º - Sujeitar-se à administração interna, exercida pelos próprios leprosos, mediante eleição, o quer dizer que se governarão.

3º - Sujeitar-se ao regime de trabalho, empregando parte de seu tempo nos misteres da administração, da agricultura, da pecuária e aprendizagem ou exercício das artes e ofícios;

4º - Os leprosos menores de 16 anos, de ambos os sexos, serão obrigados a freqüentar as escolas e oficinas, como aprendizes de qualquer ofício;

5º - Os leprosos celibatários e viúvos, maiores de 16 anos, terão de sujeitar-se à rigorosa separação de sexos; etc. (REGIMENTO INTERNO COLÔNIA DO PRATA apud ARAÚJO, 1924, p. 63).

Desse modo, quanto ao Estado do Pará podemos inferir que interessava não apenas o controle do Hanseniano como corpo individual, mas, também, como corpo coletivo de uma verdadeira “população de Lázaros” que preocupava os dirigentes do Estado, em nome da saúde dos sãos, numa relação àquilo que Foucault de relações de poder imanentes as sociedades ocidentais. Havia, portanto, uma preocupação com o controle dos hansenianos internados, com os nascimentos e a mortalidade, os filhos nascidos nas colônias que justificaram a criação de uma série de regulamentos e intervenções reguladoras de tais práticas inclusive a existência de creches para isolamento dos filhos dos internados como medida profilática e preventiva do “contágio”.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Portanto, quanto aos Hansenianos também vamos perceber que a sociedade os considerou como aqueles que fugiam a “normalidade” como exóticos, estranhos, insanos, enfim, indivíduos “infames”, verdadeiras “monstruosidades” que representavam um perigo à ordem social, a normalidade e que cujos corpos deveriam se controlados, isolados.

Assim, o Hanseniano vai sendo construído e inventado como anormalidade dentro dos discursos do saber médico que cada vez mais passa a ser valorizado por meio de dispositivos institucionais, legais e científicos. Assim, pautado em ações muito mais preocupadas em normalizar o hanseniano em prol da segurança dos sãos, eles vão serão aprisionados e inventados como anormalidade pelo saber médico onde não apenas seus corpos passam a ser vistos como anormais, mas suas residências, famílias.

Debaixo do estigma e do preconceito a que foram submetidos eles passam a ser um número no registro das Instituições destinadas ao seu tratamento - os “hospitais colônias”. Deixam de possuir nomes que os singularizam, e passam a ser definidos como “anormalidade”, monstruosidade”, através de inúmeros termos a eles relacionados.

1.3 A Escolarização dentro das práticas de controle do Hanseniano.

Assim as práticas de isolamento compulsório - justificadas como medida de segurança da população que tratavam o Hanseniano como um verdadeiro perigo social – sustentaram-se sob um saber-poder, mas também de um Biopoder que se operacionalizou – seguindo os aportes de Foucault (2001, p.88) - a partir de duas modalidades de exercício, os mecanismos disciplinares (modus operandis das disciplinas) e os dispositivos de segurança (modus operandis das biopolíticas) dentre as quais também colaborou a educação com práticas de escolarização.

A educação, portanto não apenas tem atuado de modo a transmitir e construir uma experiência objetiva do mundo exterior, mas constrói e transmite também a experiência que as pessoas têm de si mesmas e dos outros como “sujeitos”. Trata-se, portanto de um conjunto de operações orientadas à constituição e à transformação de sua própria subjetividade.

A escola é uma instituição social que tem sido apontada como grande artífice na produção e fabricação de determinado tipo de sujeito nos mais variados contextos históricos e culturais, em





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

geral sujeitos por vezes silenciados, negados, rotulados normalizados, desacreditados, mas também sujeitos apontados como pensantes, portadores de uma consciência a ser desenvolvida em seu caráter crítico.

Assim a educação, também, tem cumprido seu papel na constituição desta noção de sujeito amplamente festejada nos discursos pedagógicos. Com seus discursos e práticas pedagógicas tem se encarregado de posicionar alunos e alunos em certos modos de ser e existir no mundo, inclusive aponta estilos de vida e existência que “devem” ser tomados como “superiores” ou “inferiores”, “bons” ou “maus”, “normais” ou “anormais” e, com isso, acaba posicionando os indivíduos como sujeitos morais. Ela é produtiva para fabricação da anormalidade!

Diante disso, seguir os rastros da escolarização do Hanseniano talvez seja possível iluminar as contingências e as batalhas esquecidas que constroem subjetividades hoje. Redescobrir os rastros destas vidas, portanto, permite-nos destruir as “evidências e as universalidades”, localizando e indicando “as inércias e as coações do presente, os pontos fracos, as brechas, as linhas de força” (FOUCAULT, 1999, p. 242).

Neste sentido, considero que o “Outro” Hanseniano também foi vítima de um processo de desclassificação, silenciamento, sendo apontado como uma não-humanidade portadora de uma existência danificada, ineficiente, deteriorada, mutilada, anormal, em um processo de institucionalização no qual a escola também contribuiu.

Fizemos a opção pela história das experiências de escolarização de Hansenianos não porque estejamos considerando que suas vidas sejam exemplares - verdadeiros exemplos a serem seguidos hoje. Mas, sobretudo, pela singularidade das vivências genuínas de sua escolarização, experiências estas que, a nosso ver, irromperam para além da idéia normalizadora e universalizante pensada e proposta no absurdo daquele contexto histórico de segregação e controle.

Também, com isso, não desejamos afirmar no desenvolvimento da pesquisa que suas experiências de escolarização sejam exemplos a serem seguidos na contemporaneidade, pois isso soa como contraditório para uma pesquisa que toma como inspiração a história crítica do





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

pensamento desenvolvida por Foucault em seus procedimentos analíticos e, como contradição para a idéia de estetização da educação defendida nesta tese.

Contudo, consideramos que analisar a formação histórica daquela experiência capturada em sua singularidade pode levar por indução a uma crítica da escolarização, da educação e do mundo hoje em um contexto em que a escola tem sido recorrentemente acusada [e com certa razão] do desenvolvimento de práticas normalizadoras, uniformizadoras e a educação tem buscado receitas para uma certa padronização de práticas para se tornar “o bom professor”, “a boa escola”, “o bom aluno”, “o currículo ideal”, “o modo certo de escolarizar”, etc. Pode enfim, ajudar a problematizar a estetização da educação.

Assim, olhar para outros contextos educativos – a escola específica para hansenianos – como espaço de disputas em torno de significados, saberes e modos de ver sempre abertos à negociação talvez seja uma das possibilidades que levem a romper com a rigidez do pensamento dicotômico entre homem\mulher, branco\negro, norma\desvio, inclusão\exclusão e, desse modo, desafiar concepções conservadoras na educação, na cultura que insistem em propor um modelo ideal de ser professor, de fazer educação e de escolarizar para concebê-las como território de lutas, espaços para liberdade, sempre abertos à negociação, à transgressão e á estetização da educação. E, quem sabe?

Em vez de identidade\diferença, alteridade; em vez de cultura ou povo amigo\inimigo, mestiçagem; em vez de luz\trevas, penumbra; em vez de sujeito\objeto, acontecimento situado\interpretado; em vez de oralidade\silêncio, escrita; em vez de eternidade versus sucessão irreversível de percepções, tempo humano, êxtase do instante; em vez de história como sistema ou processo com sentido, história como texto sempre precária (DUQUE, 2000, p. 105).

As proposições de Foucault (2009, p. 687) são esclarecedoras do modo como ele concebeu a questão do sujeito ao problematizar a estética da existência. Ao investigar a constituição de modos de existência ou a invenção de possibilidade de vida o sujeito passa a ser concebido como uma obra de arte, como inventor de modalidades de existência de acordo com regras facultativas capazes de resistir às diferentes formas de saber e poder, mesmo quando o saber se esforça por se apropriar delas e dominá-las. Por essa razão os modos de existência ou possibilidades de vida não podem para de se recriar e de ressurgir a todo o momento. Essa deveria ser a atitude da modernidade definida como um *ethos* filosófico que pode ser.

2846





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Com Foucault é possível, portanto, considerarmos que as práticas pedagógicas atuam não somente ao forjar um sujeito, como resultado de um processo de objetificação institucional, mas, também, atuam na experiência que este tem de si, subjetivando-o. Larrosa (2002, p. 42-43), numa referência a Foucault, oportunamente nos lembra que

A experiência de si, também é algo histórica e culturalmente contingente, na medida em que sua produção adota formas singulares.[...] A experiência de si não senão o resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade. [...] A experiência de si, historicamente constituída, á aquilo a respeito do qual o sujeito se oferece seu próprio ser quando se observa, se decifra, se interpreta, se descreve, se julga, se narra, se domina, quando faz determinadas coisas consigo mesmo, etc.

Nesse contexto, a partir da chave foucaultiana que procedeu a análise sobre o “dispositivo da sexualidade”, a Escolarização de Hansenianos na Pesquisa, está sendo tomada como dispositivo⁶ que funcionou como lugar de subjetivação, de produção dos sujeitos mediante certas tecnologias de classificação, práticas postas em funcionamento tanto para classificá-los quanto para constituí-los.

Diante disso, recorreremos à idéia de Estetização foucaultiana -perquirida pela investigação - para reafirmarmos a crença na liberdade do indivíduo, da aposta de que os obstáculos impostos pelo dispositivo podem ser derrubados. Por isso recorrer a Foucault que distingue do “processo de subjetivação” um outro através do qual a prática de liberdade pode se tornar possível – a Estetização.

Em um sentido anunciado por Veyne (2011, p.180-181) Foucault utiliza o termo Estetização para distinguir um processo diferente de subjetivação.

Não mais a constituição do sujeito nem algum estetismo de dândi, mas a iniciativa de um ‘transformação de si por si próprio’. Foucault constata, com efeito, por volta de 1980, que, para além das técnicas aplicadas às coisas e as que se dirigem para os outros, algumas sociedades, entre as quais as da Antiguidade greco-romana, conheceram técnicas que trabalham sobre o eu. Falar de estetização servia para que ele sublinhasse, imagino, a espontaneidade dessa iniciativa, que atua no sentido oposto à subjetivação [...] Como a revolta ou a submissão, a estetização em pauta é uma iniciativa de liberdade. Tipos humanos, estilos de vida como o estoicismo, o monarquismo, o puritanismo ou o militantismo, são, imagino,

⁶ De acordo com Silva (2000, p. 43) um dispositivo, nos termos de Foucault significa o conjunto das práticas, discursivas e não discursivas, consideradas em suas conexões com as relações de poder.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

estetizações. Não são modos de ser impostos pelo dispositivo, pelas objetivações do meio ambiente; ou, ao menos, elas ‘exageram’, de tal modo que podemos considera-las invenções, escolhas individuais que não se impunham por si mesmas.

Estes desdobramentos para o campo da educação, - a crítica foucaultiana sobre dispositivos emerge como possibilidade criação alegre, e criação de outros modos de existência, e de quem sabe, de pensar e fazer a educação. Desse modo, ele abre passagens e faz-nos acreditar que é possível viver a diferença em sua radicalidade e, assim, produzir mudanças nos diferentes contextos da vida e ao possibilitar a criação de outras estéticas da existência e de também estetizar a educação.

Por isso a pesquisa chegou à Estetização como um conceito através do qual será possível descrever e pensar, de modo singular, as eventuais práticas escolares [discursivas e não discursivas] que atuaram como mecanismos de resistência e transgressão do dispositivo de escolarização.

A produtividade do Estético em sua aproximação com a escolarização, que aqui se deseja destacar pressupõe, conforme Hermann (2005) que se libere esse conceito do individualismo de vanguarda, dos exageros de criação absolutamente original e de uma estetização superficial de embelezamento e emoções, de modo que seja possível pensar uma educação que se reconheça o outro em sua alteridade.

Assim, a Estética também pode atuar na escolarização pelo estranhamento que provoca diante na normalização, pode colocar em questionamento leituras restritivas que carecem de revisão histórica, como nossas interpretações de normalidade. Portanto, na esteira do que propôs Hermann (op.cit., p. 16) ao discorrer sobre estetização e educação, o investimento de aproximar a discussão estética do campo educacional através das experiências de escolarização de ex-hansenianos pode contribuir em uma dupla dimensão:

Para desenvolver a sensibilidade para as diferenças de percepção e de gosto, auxiliando na contextualização de princípios éticos com uma força que o cognitivo não consegue produzir; e, em segundo lugar, cria condições para o reconhecimento do outro, evitando os riscos da uniformização diante do universalismo.

A experiência Estética nos permite enfrentar a dimensão trágica da existência, sem que tudo tivesse que ser subsumido pelos ideais e pela lógica da identidade universalizante. Podemos dizer





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que a força da estética cria novas formas de compreensão do mundo e no campo da Educação pode atuar como força de liberar novas formas de sensibilidade e subjetividades que historicamente tem sido deixadas de lado.

Assim, a questão da Estetização pode ser entendida como uma analítica da constituição de modos de existência, da invenção da possibilidade de vida que nos limites da pesquisa tentamos aproximar com a perspectiva de pensar os ex-hansenianos como artífices de modos singulares de vivências que construíram uma relação capaz de escapar aos ditames da normalização e de criar alternativas às estratégias de subjetivação do poder do dispositivo disciplinar moderno de escolarização por meio de uma decisão ético-estética.

Consideramos, junto com Foucault (1997, p.127), que a quebra do dispositivo envolve tomar a subjetividade como “cuidado de si”, como decisão Est[ética] que esgarça as malhas massificantes da rede de saber-poder e se oferece como alternativa de “luta política”, uma forma de resistência à marca moderna homogeneizadora das práticas de escolarização. Isto envolve ainda, a aposta de que o indivíduo seja capaz de efetuar determinadas operações sobre si que o transformem e constituam para ele uma forma desejada de existência. A estética da existência é na verdade uma proposta ética.

Considerando as proposições até aqui mencionadas acreditamos que é possível justificar a importância de perguntar por eventuais estetizações operadas nas práticas da escolarização de Hansenianos além de questionar e os discursos e dispositivo de saber-poder que o os subjetivaram. Ao partir das práticas concretas de escolarização desejamos descrever no percurso da pesquisa as práticas efetivas que definem e conformam o cotidiano escolar, que moldaram e transformam a “experiência de si” e as práticas pedagógicas vividas na escola pelos Hansenianos.

Diante disso, podemos inferir que não existe neles [Hansenianos] algo dado de antemão e que pode ser revelado como apenas uma experiência de submissão – vistos pela periculosidade social que sua “anormalidade” representava -, mas, sobretudo, como subjetividades que tiveram a coragem necessária para transgredirmos todas essas instâncias que pretendiam governar e se constituir e se modificar travando uma luta em busca de um “sopro de liberdade” em meio a uma tentativa de instrumentalização e programação da escolarização e da vida naqueles espaços.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Em outras palavras, com Foucault (2009) podemos pensar que os Hansenianos aquilo que se tornaram pela experiência de escolarização foi resultado de uma série de exercícios em que dosaram relações de força consigo mesmos, relações de força com as instituições e relações de verdade com as práticas inerentes aos saberes médicos veiculados pelas políticas de Saúde Pública..

Por isso, a desconfiança naquelas pesquisas e discursos que insistem em tratam a apenas como força que impede a expansão e valorização da vida e escolarização muito focada na normalização, na produção de subjetividades marcadas. No caso dos hansenianos apenas como seres do sofrimento e do sacrifício. Neste sentido, é possível problematizar o que o Hanseniano fez de seu processo de escolarização e não apenas o que esta fez dele.

Ao Voltarmos a olhar para a temática do Hanseniano e seu processo de escolarização pretendemos ir além das freqüentes narrativas em educação que apenas tem se ocupado em descrevê-los como “silenciados”, “inventados”, “governados”, “traduzidos”, a partir de uma perspectiva que em geral os coloca na condição de seres do sofrimento e da dor.

Intenta-se mostrar não a anormalidade em si, mas justamente combater a crença em um “em si” da anormalidade; para indicar que há todo um discurso “humano demasiadamente humano”, produzido em torno das experiências educativas dos chamados “anormais” (incluído aí os Hansenianos), que nos limitam em nossa relação com a diferença.

Este é desafio do caminho teórico-metodológico a ser percorrido pela pesquisa que segue inspirada no “espírito aberto à novidade e ao desconhecido” de Foucault.

Finalmente...

É sempre tempo de lembrar que no Brasil, hoje, especificamente no que diz respeito à Hanseníase ela ainda aparece como endemia⁷ nos relatórios das Instituições e Órgãos encarregados pelo controle e fiscalização da Saúde Pública. No discurso da saúde, desde meados do século XX ela já circula entre as “doenças” curáveis com tratamento. Entretanto, ela continua

⁷ Doença que existe constantemente e ataca considerável número de pessoas.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sendo uma marca negativa para aqueles que por ela são acometidos, influenciando negativamente o seu trabalho, a formação da sua família e a sua integração social.

Tentamos destacar que a Estética em seu diálogo com a educação, tem um papel importante criando novos modos de existência e o reconhecimento da diferença ao trazer para o debate acadêmico a História de subjetividades singulares, pouco evidenciadas pelo discurso pedagógico – como é o caso da História da Escolarização de Hansenianos.

Escolhemos as palavras de Hermann (2005, p.31) para interromper por ora este diálogo por compreendermos junto com ela as possibilidades da Estética para o campo educacional e em particular para continuar pensando a escolarização de Hansenianos.

As possibilidades da Estética parecem, então, constituir uma forma produtiva de compreender as novas exigências éticas diante da pluralidade, na medida em que permitem transcender as fronteiras unilateralmente racionais da interpretação iluminista do projeto educacional. A estruturação estética da educação pode ampliar de forma significativa a consciência ética, liberando novas formas de sensibilidade que temos deixado de lado.

Referencias

ARAÚJO, H.C. de Souza. *Lazaropolis do Prata: a primeira Colônia Agrícola de Leprosos Fundada no Brasil*. Belém: Empreza Graphica Amazônica, 1924.

DUQUE, Félix. A pele humana da palavra. In: BORGES-DUARTE, Irene et, alli (orgs). *Texto, leitura e escrita*. Antologia. Porto: Porto, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir- nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. Trad. José Teixeira Coelho. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997

_____. *Os anormais: curso no Collège de France (1974 – 1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *O nascimento da Biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Historia da sexualidade – o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2009.

HERMANN, Nádia. *Ética e Estética a relação quase esquecida*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos (orgs). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

PARÁ. Mensagem enviada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Governador José Carneiro da Gama Malcher. Belém, 16\07\1937. disponível na Biblioteca Pública Artur Viana, sessão Obras Raras.

PARÁ. Regimento Interno da Colônia do Para. In: ARAÚJO, H.C. de Souza. *Lazaropolis do Prata: a primeira Colônia Agrícola de Leprosos Fundada no Brasil*. Belém: Empreza Graphica Amazônica, 1924.

2851





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

RAMOS, José M. *Entre dois Tempos, um estudo sobre o bairro do Guamá, a Escola Frei Daniel e seu patrono*. Belém: Gráfica Supercorres, 2002.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro Santos; FARIAS, Lina; MENEZES, Ricardo Fernandes de. *Contrapontos da história da hanseníase no Brasil: cenários de estigma e confinamento*. Rev. Bras. Estudos Populares. vol.25 no.1 São Paulo Jan./June 2008.

SILVA, Tomaz T. da. *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

VEYNE, Paul. *Foucault, seu pensamento, sua pessoa*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

